

Reunião de S/08 às 9:30
na sala de aula de Ações Coletivas e Políticas Públicas

Ação Educativa Documentação
Código: UNP 064
Data: 05/10/98

ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE CENTRO JUVENIL DE AÇÃO EDUCATIVA

Uso no Programa
Circulação Interna

Introdução

Os objetivos gerais de Ação Educativa, expressos nos seus documentos de fundação, são os de apoiar e promover ações educativas e o envolvimento da sociedade com a questão educacional, no sentido da construção da democracia, da justiça social e do desenvolvimento sustentável. O seu foco é a defesa dos direitos educacionais dos mais pobres e a qualificação da educação junto a eles praticada. A estratégia para isso é fortalecer atores sociais (principalmente os mais pobres e marginalizados), no sentido de que consolidem uma ação autônoma, consistente e representável politicamente. A ação política desses atores, assim como a da própria AE, deve contribuir para a recomposição do Estado no cumprimento de suas funções sociais (dentre elas a política educacional). Faz parte da estratégia da entidade também estimular a solidariedade e reconhecimento mútuo entre diferentes segmentos da sociedade, para ampliar e potencializar iniciativas que visem à proteção social e integração dos estratos marginalizados.

No interior dessas definições, algumas questões têm se colocado, principalmente no que se refere ao tipo de relação que AE deve e tem condições de manter com os atores sociais e com o Estado, e ao caráter público de sua atuação.

Em relação à questão dos atores, grosso modo, as perguntas se colocam a partir da constatação de uma mudança no quadro dos movimentos sociais no cenário brasileiro dos últimos 20 anos: em função da avaliação de uma crise ou declínio dos movimentos sociais; quais são os atores que hoje demandam direitos educacionais; que sentido e significado tem hoje as ações educacionais no interior dos movimentos sociais? Essas dúvidas levam a considerações a respeito da estratégia relativa a "fortalecer atores sociais" - como reequacionar essa proposta em função da crise dos atores? Uma pista perseguida tem sido ampliar o leque dos atores com quem se trabalha; mas, nesse caso, como fica a definição relativa ao privilégio dos setores marginalizados? Outra perspectiva é a de ajudar a "constituir" atores sociais; mas é esse o papel de uma Ong?

Em relação à relação com o Estado: subsidiar e influir na formulação de políticas educacionais, no sentido dos interesses da população marginalizada, é uma definição dos objetivos de AE; mas até que ponto a prestação de determinados serviços para o Estado corre o risco de se tornar uma terceirização, contribuindo para a tendência neoliberal de minimização do Estado? Qual é o papel de AE em relação à prestação de serviços para a população?

Se AE é uma instituição não-governamental, sem fins lucrativos, que recebe financiamento tanto público como de fundações privadas, qual o caráter dos seus serviços? Como garantir o caráter público de seus serviços e ao mesmo tempo buscar um modo de autosustentação?

Essas dúvidas todas se repõem no processo de definição do projeto de constituição de um centro juvenil. O próximo item tentará delinear o objetivo da

linha de juventude dentro de AE, tentando situá-la frente a algumas dessas dúvidas.

I Linha de Juventude em AE

Os jovens são parcela da população "alvo" das ações educativas, tanto no interior da educação básica de jovens e adultos, quanto no do sistema escolar formal. São, portanto, potencialmente, parte do universo com o qual AE se propõem a atuar, tanto no sentido de "público" dos projetos educacionais, como no sentido de atores na luta por seus direitos educativos. Mas porque constituir, então, uma linha especial? Porque, grosso modo, os jovens são sujeitos singulares no interior desse universo.

Se, até os anos 70, os jovens não apareciam com uma problematização singular no conjunto dos "sujeitos populares", isso se modificou, de lá para cá. Na verdade a juventude começou a aparecer como uma categoria específica e ao mesmo tempo como uma zona obscura, inquietante e intrigante: os jovens têm aparecido com questões e identidades específicas, em grande parte desconhecidas e desprezadas pelos adultos das gerações anteriores - incluindo aí os responsáveis pelos diferentes programas educacionais, inclusive aqueles desenvolvidos pelos movimentos populares.

As mudanças operadas no país desde os anos 70 implicaram em modificações significativas na composição e caracterização da população juvenil brasileira. A acelerada urbanização faz com que a condição juvenil seja hoje vivida, para os jovens dos setores populares, num meio bastante denso e complexo, que estrutura relações de inserção e exclusão relativas e instáveis em diversos planos da vida social. A relação intermitente e dificultosa com a escola, a necessidade de trabalhar atravessada pela dificuldade de qualificação e formalização no mundo do trabalho, o crescimento da importância dos meios de comunicação e da indústria cultural como fonte de informação e referências, a ansiedade frente à intensificação dos apelos do consumo e à fragmentação social colocam com grande intensidade questões relativas à definição de identidades e reestruturam as referências para a composição de estratégias de inserção e participação social e de construção de projetos de vida.

Essa complexidade monta uma diversidade de situações no interior desse segmento, e a sua relativa novidade ajuda a conferir uma certa invisibilidade às necessidades específicas da juventude nessa condição urbano/moderna (ou, em outras palavras, como as carências que de certo ângulo parecem óbvias e universais, são sentidas concreta e simbolicamente pelos jovens imersos nessas situações) e aos seus direitos ou seja, como os chamados direitos universais (emprego saúde, educação, moradia, cultura, lazer etc) se traduzem concretamente para esses segmentos.

Essa invisibilidade faz parte de um "hiato" que se produz entre os jovens e os atores constituídos na cena pública brasileira: os jovens estão distantes desse universo de atuação política mais "tradicional" - participam pouco das organizações e movimentos constituídos, e ao mesmo tempo pouco conformam organizações

próprias. Os “militantes” dos movimentos não sabem como incorporá-los, nem às suas questões.

Dessa maneira, esse segmento não tem sido alvo de grandes projetos políticos, nem por parte do Estado nem por parte de movimentos sociais ou outros organismos da sociedade civil, ao contrário do que ocorre no âmbito das instituições do mercado, principalmente àquelas relativas à indústria cultural. Do mesmo modo, o conhecimento a respeito do seu universo é ainda muito incipiente, fragmentado e desarticulado, faltando dados, estudos e debates.

No entanto, é possível perceber, por um lado, a emergência de diversos grupos juvenis buscando soluções para os seus problemas, ainda que de forma localizada e restrita à dimensão expressiva. Na maior parte das vezes, esses grupos se desenvolvem no campo que podemos chamar de “cultural/comportamental”, articulando-se em torno de questões de identidade e de atuação cultural, e também através de estratégias de “ajuda mútua” ou de solidariedade para com outros segmentos.

Por outro lado, percebe-se também um crescente interesse por parte de atores envolvidos em movimentos sociais e políticos, em instituições educacionais e em governos locais, por compreender as especificidades desse segmento e por elaborar uma forma de abordagem e trabalho mais apropriados.

Em suma, os jovens sofrem os problemas do sistema educativo; constituem parte significativa dos excluídos do sistema oficial de ensino, entre outras razões pela imensa distância da escola em relação às suas necessidades e condições concretas de inserção. Por outro lado, se distanciam das ações e organizações “tradicionais” do “movimento popular”, tomando cada vez mais difícil a visibilidade das suas necessidades e a possibilidade de participar de um processo de conquistas de direitos.

Como, então, incorporar os jovens nesse processo de conquista de direitos educativos em que AE está envolvida? Como contribuir para o delineamento dos seus direitos e para a sua inclusão na formulação e execução de políticas? Como dirigir a eles ações educativas que dêem conta dessas suas singularidades? Como se reportar a eles como atores?

O ponto de partida é reconhecer e contribuir para a percepção dos jovens como sujeitos com potencialidade para expressar e propor soluções para seus problemas e para os problemas sociais; e buscar apoiar as iniciativas de ação juvenil para que venham a expressar demandas e consolidar uma ação autônoma e “negociável” na arena pública (seja através de uma atuação organizativa ou reivindicativa, seja através da interferência no debate público, seja através atuação em canais de participação).

Assim, um objetivo central da linha de juventude de AE coloca-se, então, como a de apoiar esses sujeitos juvenis “difusos” (que ainda não se configuram propriamente como atores), buscando potencializar sua ação expressiva, com a intenção que dela surjam elementos para a configuração de demandas e para a articulação de meios de negociação públicas destas. Isso significa trabalhar principalmente com o universo de questões desenvolvidas pelos jovens, que são,

fundamentalmente, como já vimos, aquelas ligadas ao campo cultural/comportamental (identidade, etnia, sexualidade etc), que podem orientar as questões educacionais, embora não sejam necessariamente diretamente questões educacionais.

Outro objetivo é o de buscar facilitar a relação entre esses sujeitos juvenis e demais atores envolvidos no processo de definição dos direitos, de modo a buscar tornar visíveis para eles as demandas e formas possíveis de participação juvenis, assim como subsidiá-los no delineamento das ações e políticas dirigidas aos jovens.

Isso, necessariamente, supõe um esforço de compreensão desse cenário juvenil, a fim de identificar esses sujeitos, suas questões, suas práticas e representações e formas de atuação. O projeto da Base de Dados foi pensado com a intenção de promover a compreensão desse universo, através da reunião de informações, da produção de pesquisa e da análise e debate desses dados. O Centro Juvenil será a instância pela qual procuraremos desenvolver o trabalho de potencialização da expressão e articulação dos sujeitos juvenis. A partir do acúmulo conseguido nessas duas instâncias, desenvolver a assessoria a agentes que dirigem ações educativas e políticas para jovens.

Ou seja, da maneira como está pensada, a linha de juventude de AE não lida diretamente com a questão educacional. No entanto, nos parece claro que a resolução de alguns dos impasses colocados para a educação de jovens, hoje, passa pelo tratamento de questões "vizinhas" a ela, como a questão do trabalho e emprego, a questão dos valores, da socialabilidade, da identidade. O foco inicial de sua ação também não está voltado para a capacitação de educadores, mas esse é um dos objetivos no interior da proposta de subsidiar e assessorar atores que dirigem ações e políticas destinadas a jovens.

As ações propostas têm um caráter educativo, no sentido amplo e, creio, de acordo com os objetivos de AE de buscar a promoção dos direitos e da cidadania, e de apoiar atores no delineamento e conquista de seus direitos, entre eles os direitos educativos. Dessa maneira, a linha de juventude tende a correr numa raia paralela mas integrada aos objetivos gerais da entidade, com pontes de interligação com as outras linhas, que tendem a crescer à medida em que consigamos trabalhar os temas educativos no interior das preocupações dos grupos juvenis.

II - A proposta de Centro Juvenil

A proposta principal do Centro Juvenil é a de que ele funcione como um espaço para o desenvolvimento de atividades que ajudem as organizações juvenis e os grupos juvenis "difusos" a potencializar sua capacidade de expressão de demandas, de atuação em torno delas, e de articulação e participação com outros atores. Nesse sentido, a idéia é trabalhar sobre o potencial existente nesse universo, principalmente nas dimensões culturais, de sociabilidade e solidariedade, a partir das iniciativas que já se desenrolam entre tais grupos juvenis.

1- O núcleo central de atividades é o que trabalha com a **potencialização e a extroversão da expressão** (pode ser chamado de "criação"): fundamentalmente, "oficinas" de exercício e capacitação da expressão (literária, gráfica, musical, plástica, cênica, fílmica etc) - a inspiração aqui é o tipo de trabalho desenvolvido com grupos de rap pelo Geledés e pela Prefeitura de Diadema, e o centro de cultura musical de Toulouse.

A idéia é que as oficinas funcionem por módulos ou por "projetos" - cada grupo deve ter uma proposta, em torno da qual se estruturam as atividades de capacitação, e que finalizem em "produtos" de comunicação (um fanzine, uma revista, um show, uma fita demo, um vídeo, uma peça), que funcionem como elementos de atuação dos grupos, com a perspectiva de que os grupos consolidem uma organização e uma ação autônoma para além das atividades desenvolvidas ali. Esses produtos devem ser "exibidos" no espaço do Centro, para outros jovens, e também nas "comunidades de origem" dos grupos.

As oficinas devem ser desenvolvidas por monitores que dominem a técnica da forma de expressão em questão e o seu papel é o de, além de fornecer instrumental para a criação do grupo, provocar a clarificação e a problematização das questões e das propostas de atuação trazidas pelos jovens. Deve provocar a reflexão crítica, introduzindo questões (inclusive as relativas à educação) e diferentes possibilidades de interpretação (sem, no entanto, buscar fazer qualquer tipo de doutrinação ou engajamento partidário).

A idéia é a de que o Centro seja um lugar "vivo" de manifestações culturais juvenis: assim, deve ter uma dinâmica de exposições, não só dos produtos dos grupos que desenvolvem projetos através dele mas também de outros grupos culturais juvenis - a intenção é fomentar o contato e a articulação entre os diferentes grupos. Com o mesmo sentido, os "produtos" desenvolvidos nas oficinas devem compor um acervo, que possa circular entre diferentes espaços onde se reúnam jovens. A conexão entre os grupos juvenis deve ser fomentada também através de uma publicação que circule entre o cadastro montado pelos grupos com contato com o Centro.

O público alvo central são, portanto, os grupos juvenis. Isso implica em que temos que ter uma postura propositiva, de identificar, contatar e formular convites para esses grupos. Isso, em parte dos casos, pode significar necessidade de mediação e negociação com outras instituições e atores. Isso implica a necessidade de pensar formas de relação e de parcerias com instituições e pessoas voltadas a trabalhos com jovens.

Devemos buscar financiamento para o desenvolvimento dos módulos e projetos?

Se houver demandas espontâneas, devemos ter critérios definidos e explícitos para a "seleção"? (pensando no caráter público porém privado que o centro deverá ter).

2- Os outros dois núcleos de atividades são o de **informação** e o de **capacitação e discussão**, através de cursos temáticos, seminários, debates, grupos de estudo, elaborados a partir de solicitação dos grupos ou por proposição nossa, no intuito de criar oportunidades para a reflexão e a crítica. Em relação à informação: o Centro deve contar com um banco de dados que sirva para alimentar os jovens no desenvolvimento das suas atividades, assim como para

provocá-los com a proposição de novos dados e interpretações. Nesse sentido, propõe-se um acervo diferenciado do já definido para a Base de dados de Juventude, pois o tema não se fecha sobre a questão da juventude. Deve comportar dados relativos a temas gerais e outros de interesse mais constante entre os integrantes dos grupos, além de obras dirigidas ao público juvenil, incluindo os vinculados aos meios de expressão cultural (muita revista, vídeo etc).

Em relação à capacitação, as modalidades podem ser melhor definidas a partir do contato concreto com os grupos. A capacitação de "agentes" e instituições que trabalham com jovens deverá ser desenvolvida numa segunda etapa. As questões levantadas e o material produzido no processo das oficinas constituirão material básico para a elaboração dessa atividade.

3- Nesse formato, o Centro necessita de um espaço adequado, equipamentos e pessoal habilitado. O espaço deve ser versátil; não precisa ser imenso nem muito sofisticado. Deve ter uma ou duas salas para as oficinas, um salão (pode ser um auditório ou um saguão no qual se possa colocar cadeiras) para apresentações, exposições, palestras etc; um espaço para a informação e uma sala para cursos e reuniões. Deve ser de fácil acesso e ausente de barreiras para a circulação de jovens, com possibilidade de fazer barulho e de funcionar à noite e nos fins de semana. Deve também ter equipamentos para o aprendizado e a criação expressiva (coisas básicas e não muito sofisticadas), como instrumentos musicais, câmeras de fotografia e vídeo, instrumentos para produção gráfica etc. Em termos de recursos humanos: um diretor com presença permanente e monitores (ou capacitadores) para as diferentes modalidades de atividade. Estes não precisam ser permanentes - talvez trabalhar por projetos ?

4- Por essa proposta, como fica claro, o Centro não se caracteriza como um espaço para o desenvolvimento de "atendimento" nem propriamente de prestação de serviços, mas como um espaço de desenvolvimento de projetos centrados na consolidação de grupos juvenis.

Embora um dos objetivos seja o de promover a visibilidade das questões levantadas pelos jovens para outros atores e instituições que se voltam para jovens, e fomentar o contato e articulação entre eles, destinando para isso atividade de capacitação de agentes, o espaço tem que ser caracterizado como sendo fundamentalmente um espaço para jovens, respeitando as suas dinâmicas na sua concepção arquitetônica e nas regras de funcionamento.

5 - Pensei em duas alternativas para um centro com esse formato:

a) Montar o Centro num bairro determinado, para poder aproveitar os laços territoriais e comunitários que por acaso existam (nesse caso, a idéia é fazê-lo na mesma região em que será desenvolvido a "experiência local" do projeto de participação, ou seja, na zona leste). Nesse caso, o Centro assumiria um caráter mais acentuado de "convivência", com monitores e atividades mais permanentes, além dos módulos das oficinas - um lugar onde os jovens do local podem ir e ficar, como nos "youth clubs" europeus. Faríamos um mapeamento dos grupos e das questões presentes no bairro e buscaríamos articular atores da comunidade para pensar e propor projetos.

Em relação a essa alternativa, surgem dois problemas: como nos “enraizar” numa comunidade, vindo de fora? E como encaixar o trabalho com o Solidária Idade nesse trabalho de caráter regional?

b) Montar o Centro numa região central, de fácil acesso, para lidar e possibilitar o contato entre diferentes tipos de grupo. Essa alternativa força mais a concentração das atividades nas oficinas e nos momentos de circulação da informação.

6- Questões

a) Como usar os recursos do projeto: devem se esgotar na construção da sede ou prever a manutenção das atividades? E depois que acabar esse financiamento?

Devemos buscar novos financiamentos desde já? Ou pensar em “passar” a manutenção para outra instituição?

Devemos buscar parcerias para a sua montagem?

Devemos buscar ou financiamento ou parcerias para cada projeto com os grupo?

b) Como garantir um sentido público para suas atividades? As atividades desenvolvidas com os grupos juvenis não podem ser feitas mediante pagamento. Quem, então, deve financiar essas atividades?

c) Como fazer a gestão do Centro? Apesar de ter um sentido público, a gestão deve ser de AE. Como incorporar a participação dos jovens? E a dos possíveis parceiros?